



DIRETORIA JURÍDICA

Parecer

PROJETO DE LEI Nº 06/2024

RELATÓRIO

Vem a exame o Projeto de Lei nº 06/2024, de autoria do vereador Valmir Sanches, que “*Dá denominação à Rua 7 do Jardim Mosaico I.*”.

O projeto vem acompanhado da declaração de não patronímico advinda da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal, de um croqui de localização da Rua e da certidão de óbito do homenageado.

É o relato dos fatos. Passo à apreciação.

ANÁLISE JURÍDICA

O ato de denominar é uma homenagem, ou seja, um gesto de reconhecimento público pelas qualidades ou feitos notáveis do homenageado por parte daqueles que o admiraram por sua importância e sua contribuição para a sociedade.

Conforme disposto no artigo 11, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, a matéria em questão é de competência comum, ou seja, tanto o Executivo quanto o Legislativo podem propor projetos de lei para denominarem ruas, bairros, próprios, entre outros.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei também se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município e insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e não conflita com a Competência de nenhum Ente Federativo (24 da Constituição Federal).

O projeto trouxe a justificativa e o histórico do homenageado, bem como a declaração de inexistência de nome da rua que se pretende denominar, comprovando-se que encontra-se passível de nomeação.

Trouxe ainda a declaração de óbito da pessoa a ser homenageada e o croqui de localização da rua, preenchendo os requisitos legais e podendo seguir tramitação.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Diretoria Jurídica opina pela **LEGALIDADE** e pela regular tramitação do **Projeto de Lei nº 06/2024**, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário.

No mais, recomenda-se o encaminhamento da propositura à Comissão de Justiça e Redação e à Comissão de obras, serviços públicos, educação, saúde, assistência social, agricultura, urbanismo, meio ambiente, cidadania e legislação participativa.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL, 13 de março de 2024.

Josias Freitas de Jesus Rosado

Diretor Jurídico

OAB/SP nº 376.715